



Opinião Econômica

Laura Müller Machado

Mestre em Economia Aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo



Política para educação pode unir experiências cearense e chilena

Desafio é sair de ilhas de excelência a um país inteiro de excelência educacional

Nosso sistema de avaliação da educação básica, o Saeb, indica, há muitos anos, que temos ilhas de excelência educacional em todas as etapas em diferentes lugares do Brasil.

O Ceará tem escolas de altíssimo resultado nos anos iniciais; Alagoas tem excelentes resultados nos anos finais; e Goiás se destaca no ensino médio, além de outros exemplos.

Nosso desafio como nação é sair de ilhas de excelência para um país inteiro de excelência.

Divulgar as boas práticas dos que têm sucesso é de grande valia. O que fazem Ceará, Alagoas e Goiás?

E olhando para os vizinhos, conhecer a forma chilena de difusão traz pistas de como espalhar inspirações valiosas.

lhar inspirações valiosas.

O Prêmio Escola Nota 10 é uma iniciativa do governo estadual do Ceará, criada no ano de 2009, que premia escolas públicas brasileiras com os melhores resultados de aprendizagem com base no Spaee (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) e apoia técnica e financeiramente aquelas com resultados menores.

A estratégia de difusão de prática ocorre pelo pareamento de escolas de maior e menor resultado.

As que se saem melhor recebem o equivalente a 75 por cento do valor do prêmio os 25% restantes só chegam após o apoio à escola de menor resultado, ou seja, só chega se houver ajuda a uma escola com mais dificuldade.

As de menor resultado recebem o equivalente a 50 por cento e só ganham os outros 50% com a condição de elevarem seu resultado a um valor mínimo.

O intuito é dar às instituições de menores resultados a oportunidade de desenvolver um plano de ação mentorado pela escola de maior aprendizagem.

A estratégia brasileira, portanto, envolve parear as escolas de alta e baixa aprendizagem e, a partir desse pareamento informal, fomentar boas práticas.

Essa estratégia não envolve a documentação formal e escrita das práticas; ela acontece por meio de um estímulo a um diálogo direto e não mediado.

Um conjunto de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará avaliou o impacto do programa e encontrou resultados positivos de aumento da aprendizagem no estado.

Já o “Se Puede: Todos por la Educación”, do Chile, vai por outro caminho.

A iniciativa identifica, documenta e dissemina as práticas pedagógicas e de gestão das escolas e redes de ensino com melhor desempenho.

A partir do sistema de avaliação chileno, identifica-se as escolas com bom desempenho, e uma equipe do Ministério da Educação vai ao local documentar as práticas para, posteriormente, publicar a chamada

“É Possível”, na qual todos têm acesso ao conjunto de práticas de sucesso.

Diferentemente do caso do Ceará, o Chile publica um livro que pode ser consultado sem depender da estratégia de pareamento de escolas.

Por que não contar aos brasileiros as práticas das nossas ilhas de excelência?

Uma política pública exequível seria misturar a abordagem cearense com a chilena.

O governo federal poderia, a partir das ilhas de excelência, enviar uma equipe a esses territórios para documentar as práticas - diferentemente do estilo “top-down”, seria o ministério aprendendo com os territórios.

Em conjunto com essa documentação, poderíamos sugerir e estimular pareamentos bem pensados para que os territórios troquem práticas informalmente, utilizando a documentação disponível publicamente sobre boas práticas.

O que nos impede?

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa?

Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

banrisul
empresas

Brasileiros já podem usar o Pix em oito países

/ SISTEMA FINANCEIRO

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Fruto de um movimento de evolução natural dada sua praticidade, o Pix passou a ser aceito em estabelecimentos de oito países, ampliando as opções de pagamento para brasileiros em viagens internacionais. Conforme o governo nacional, a nova forma de pagamento evita o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas compras feitas com cartão de crédito, cuja taxa é de 5,38%, e está disponível nos Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Portugal, Espanha e França.

No entanto, o governo reforça que não há um “Pix Internacional” oficial do Banco Central e que “as operações são realizadas por empresas autorizadas que fazem a conversão da moeda e processam o pagamento ao comerciante no exterior”. Na prática, o processo

consiste em realizar o pagamento pelo QR Code gerado na hora da compra, diretamente pelo aplicativo do banco, com conversão do valor para reais antes da confirmação da compra. A economista-chefe da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Rio Grande do Sul (Fecomércio/RS), Patrícia Palermo, destaca que, para o turista brasileiro no exterior, trata-se de uma alternativa prática e, potencialmente, mais barata.

A ferramenta foi questionada recentemente pelo presidente dos EUA, Donald Trump, o que gerou um atrito após o Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos (USTR) concluir uma investigação alegando que o duplo papel do Banco Central do Brasil como operador e regulador do Pix configura uma prática injusta e discriminatória contra operadoras de cartões de crédito e carteiras digitais americanas. No entanto, Patrícia reforça que a adesão do Pix nos EUA e nos demais países é frut

to da iniciativa privada e que não tem relação direta com a diplomacia entre as duas nações – assim como o governo federal explica que não há o envolvimento do Banco Central. “Essa nova alternativa de pagamento não é uma iniciativa do BC do Brasil, é uma evolução natural de uma ferramenta que deu muito certo no País pela praticidade e baixo custo de operação”, aponta Patrícia.

“As transações em outros países ocorrem por meio de empresas de câmbio credenciadas, chamadas de eFX, responsáveis por converter os valores em tempo real. No caso do Pix, a utilização através dos aplicativos dos bancos brasileiros é viabilizada por parcerias entre fintechs nacionais, instituições financeiras e credenciadoras internacionais de maquininhas. Nos EUA, por exemplo, a integração está com a Verifone. É um começo. O alcance é muito grande, mas não é completo”, explica.

Confiança empresarial cai 1,4 ponto em julho ante junho, para 91,3 pontos

/ CONJUNTURA

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 1,4 ponto em julho ante junho, para 91,3 pontos, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o indicador caiu 0,1 ponto. A confiança empresarial recuou em julho, devolvendo a alta dos dois meses anteriores, com piora das avaliações na Indústria e nos Serviços.

“Na Indústria, o movimento parece refletir a preocupação com as novas tarifas de importação dos Estados Unidos, enquanto nos Serviços as empresas percebem enfraquecimento da demanda. Como atenuante, o indicador de otimismo com os negócios nos seis meses seguintes permaneceu relativamente estável”, avaliou Aloisio Campelo Júnior, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da Indústria, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que o ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) caiu 1,5 ponto em julho ante junho, para 92,9 pontos. O Índice de Expectativas (IE-E) caiu 1,2 ponto, para 89,8 pontos.

Entre os componentes do ISA-E, o indicador de satisfação com a situação atual dos negócios cedeu 1,7 ponto, para 91,8 pontos, enquanto o indicador do nível da demanda atual caiu 1,2 ponto, para 94,1 pontos.